



## **Populações indígenas e mercadorias: reflexões a partir da antropologia social**

**Autora: Camila Galan de Paula**

**1º semestre/2014**

### **Introduzindo a questão**

É bastante comum que afirmativas como “índios que usam roupas, celulares e comem produtos industrializados não são mais índios”, ou “só é índio quem vive na floresta” apareçam em discursos do senso-comum, seja na mídia, seja em outros espaços. Tais asserções, da perspectiva da antropologia social, não fazem sentido. O objetivo aqui será o de explicitar os motivos para isso e apresentar sintética e simplificada um caso etnográfico da relação de uma população indígena no Brasil com mercadorias e dinheiro.

Em primeiro lugar, apresentam-se brevemente os critérios jurídicos usados na circunscrição das figuras de direito relacionadas aos índios no país desde a Constituição Federal de 1988. Em seguida, serão expostas algumas críticas antropológicas ao que se costuma denominar *essencialismo cultural*, em especial no que toca a questão das populações indígenas no Brasil. Essas duas entradas iniciais visam a esclarecer os pressupostos com que grande parte da antropologia contemporânea trabalha. Por fim, parte-se ao tema central que se quer tratar: os modos de analisar a relação de algumas populações indígenas com mercadorias e dinheiro.

### **“Quem é índio?”**

De saída, é preciso entender que a pergunta “o que define uma pessoa ou comunidade como indígena?” não é uma questão antropológica, mas jurídica e política (Viveiros de Castro, 2006). Mesmo do ponto de vista da legislação brasileira



o critério adotado é o de autoidentificação – seguindo-se tendência internacional. Ou seja, uma comunidade indígena é aquela que se identifica como tal<sup>1</sup>. Não é preciso, portanto, que as pessoas de tal grupo se adequem a nenhum dos critérios estereotipados de indianidade que vigem no senso-comum (usar adornos de plumas, falar uma língua indígena, habitar malocas, etc.). Viveiros de Castro (2006), reconhecido antropólogo brasileiro, propõe uma definição abrangente de quem sejam índios: (1) afirmar-se indígena relaciona-se necessariamente ao trabalho de autodeterminação das comunidades indígenas, (2) que se organizam a partir de relações de parentesco ou vizinhança e (3) têm laços históricos ou culturais com organizações sociais pré-colombianas. Com relação ao último ponto, cumpre notar que cada comunidade se relaciona ao tal passado pré-colonial de um modo distinto.

Ao apontar esses três parâmetros, o que Viveiros de Castro busca é justamente escapar da questão “quem é índio?”, visto que ela só faz sentido a partir do momento em que há reivindicações políticas e de direitos com base na autodefinição de comunidades *como indígenas*. O critério da autodefinição, usado no país para o reconhecimento dos sujeitos de direito autoproclamados indígenas, tem fundamentação antropológica e busca escapar do que se denomina em antropologia de essencialismo cultural. O texto “Fundamentos antropológicos para os direitos dos povos indígenas”, de Jorge de Oliveira Jr. (2012), também na página **USP ensina Sociologia**, pode ser consultado com relação ao tema.

### **Crítica ao essencialismo da noção de cultura**

Passemos bem brevemente à crítica antropológica ao *essencialismo cultural*. O texto de Joana Moncau (2012), também no **USP ensina Sociologia**, pode igualmente ser consultado sobre este ponto. *Essencialismo cultural* é entender cultura e identidade como “coisas”. É, nas palavras da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, entender que a “identidade consistiria em [...] ser idêntica a um modelo, e supõe assim uma essência; enquanto a cultura seria um conjunto de itens,

---

<sup>1</sup> Importante notar que no caso dos indígenas, o sujeito de direitos é coletivo: trata-se de comunidades indígenas autodefinidas como tal, e não de indivíduos isolados que se reconheçam como índios.



regras, valores, posições etc. previamente dados” (2009, p. 259). Há muito que os estudos antropológicos questionam essa visão de cultura como essência imutável, pois todas as sociedades humanas estão na história, transformam-se. A alternativa, portanto, é

entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória. A cultura não seria, nessa visão, um conjunto de traços dados e sim a possibilidade de gerá-los em sistemas (ibid., p. 259).

Essas transformações e fluxos pelos quais passam as sociedades são estruturados, e essa mudança é ela mesma sistêmica; isso seria a cultura, o modo como se dá essa transformação. A partir desse tipo de argumentação, percebe-se porque, para a antropologia, a questão de dizer quem é ou não índio não faz sentido, uma vez que não se pode definir uma cultura ou uma sociedade por um conjunto de elementos previamente determinados.

### **Cosmologias do capitalismo**

O antropólogo estadunidense Marshall Sahlins leva adiante a crítica ao essencialismo da cultura quando estuda o modo como as mercadorias ocidentais foram incorporadas por diferentes sociedades do mundo. No ensaio “Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do ‘sistema mundial’” (2004 [1988]), trata do comércio europeu no Pacífico no século XVIII que envolvia populações do atual Havaí, da China e da costa noroeste da América do Norte. Nesse escrito, enfatiza-se a necessidade de entender a incorporação de mercadorias europeias pelas populações não ocidentais a partir do seu ponto de vista. Muitas vezes – e é o caso dos exemplos mostrados por Sahlins – as populações indígenas apropriam-se das mercadorias a partir de suas próprias ideias do que seja *riqueza* ou uma *boa vida*. Assim, os bens industrializados viriam a compor o *desenvolvi-gente* (ibid.)<sup>2</sup> desses povos; ou seja, aquilo que em termos locais é considerado desenvolvimento (ou uma boa vida, riqueza, beleza, bons comportamentos etc.).

---

<sup>2</sup> No original, em inglês, develop-man, um trocadilho com *development*, desenvolvimento.



O pressuposto aqui é o de que a ideia de *desenvolvimento* não é universal<sup>3</sup>, e que não há fundamentos gerais que possam explicar o que motiva as pessoas a consumirem. Ou seja, a ideia de *necessidade* como motor para o consumo não se sustenta. Para Sahlins, as “ideias ocidentais [...] sobre a pessoa como uma criatura imperfeita da necessidade e do desejo” (2004, p. 486) são peculiares e particulares a uma conformação histórico-cultural (“o Ocidente moderno”, simplificando-se). Tampouco a divisão entre *necessidade* e *desejo* se mantém nos estudos antropológicos sobre consumo (Douglas & Ishenwood, 2004), posto que o que para uns é visto como *necessidade*, para outros pode ser entendido como *luxo*, *frivolidade*<sup>4</sup>. Faz-se necessário, portanto, que os pesquisadores entendam os sentidos do consumo de cada população – e em cada momento histórico - a partir das suas próprias ideias do que sejam *riqueza*, *valor*, *boa vida*, *conforto*, *necessidade* etc.

### **Povos indígenas na América do Sul e estudos sobre usos de mercadorias e dinheiro**

As pesquisas que tratam da relação entre povos indígenas sul-americanos e mercadorias contemporaneamente são menos escassas do que eram nos anos 1990, quando tal tema era tratado apenas de passagem em introduções de teses e livros (Hugh-Jones, 1992). Esses trabalhos são, em maior ou menor extensão, devedores da abordagem de Sahlins para se lidar com o tema da mundialização e introdução de mercadorias entre populações indígenas de outras áreas do mundo.

Algumas das pesquisas recentes acerca da temática serão enumeradas, para que possam ser consultadas por quem o desejar. A seguir, os argumentos de uma dessas investigações serão sintetizados como exemplos do tipo de pesquisa que se realiza e de seus resultados. É preciso se ter em mente, contudo, que não há *um*

---

<sup>3</sup> Sobre isso, consultar: Perrot (2008 [1991]) e Ribeiro (2008), por exemplo.

<sup>4</sup> Com relação aos povos ameríndios amazônicos, Hugh-Jones (1992) frisa esse ponto, explicando que para os Urarina com quem estudou (na região do Noroeste Amazônico), as possibilidades abertas para ornamentação das pessoas a partir da introdução de roupas foi grande. E como é sabido, a construção das pessoas é algo de fundamental importância na América indígena (Seeger, Da Matta & Viveiros de Castro, 1979).



modo de relação dos povos indígenas com mercadorias, mas *diversos*, e que são necessárias pesquisas etnográficas caso a caso. O conjunto dessas pesquisas, contudo parece mostrar que há continuidade das práticas indígenas na lida com mercadorias e dinheiro. Não se trata, dessa feita, de separar as práticas em que se usam coisas industrializadas das demais práticas; é preciso entender o conjunto das práticas e ideias dos agentes que se investiga. O que os trabalhos buscam é entender as lógicas da aquisição, circulação e uso das mercadorias e dinheiros pelos povos indígenas e os possíveis efeitos de tal uso.

Em língua portuguesa, há os seguintes trabalhos, sobre as relações das seguintes populações indígenas com bens industrializados e dinheiro: Karenina Andrade (2007) escreveu uma tese de doutorado sobre os Ye'kuana (população falante de língua da família caribe) no estado de Roraima<sup>5</sup>; Gabriel C. Barbosa, um capítulo (2005) e uma tese (2007) sobre as redes de trocas de bens na região das Guianas, enfocando os Wayana e Aparai (línguas da família caribe) que vivem no norte do Pará; Cesar Gordon produziu um livro (2006b) e outros escritos (2006a) sobre os Xikrin do Cateté (língua da família jê) que habitam o estado do Pará; Catherine Howard (2002) publicou um capítulo sobre os Waiwai (língua da família caribe); Lucia H. van Velthem, um capítulo (2002) e um artigo (2010) sobre os Wayana; Oiara Bonilla escreveu um artigo (2005) sobre a relação dos Paumari (língua da família arawá) com regatões (comerciantes fluviais) na região do rio Purus, estado do Amazonas; João Dal Poz Neto, uma tese (2004) e outros escritos (2008; 2010) acerca do processo de monetarização entre os Cinta-Larga (língua da família tupi-mondé) de Roraima; Fabio Mura defendeu uma tese (2006) sobre os Guarani e Kaiowá (línguas da família tupi-guarani) no Mato Grosso do Sul.

Em inglês, há alguns outros trabalhos: de Stephen Hugh-Jones (1992) sobre a região do rio Uaupés; Elizabeth Ewart (2013) publicou um artigo sobre os Panará (língua da família jê) que vivem na fronteira entre Pará e Mato Grosso); Vanessa Grotti (2013) escreveu sobre os Trio (língua da família caribe) que vivem no

---

<sup>5</sup> Uma boa fonte de pesquisa inicial sobre os povos indígenas no Brasil é a página *Povos Indígenas no Brasil*, do Instituto Socioambiental: <http://pib.socioambiental.org/pt>.



Suriname; Harry Walker (2012; 2013) tratou das relações dos Urarina (falantes de uma língua isolada) na Colômbia que são mediadas por mercadorias.

### **Os Xikrin do Cateté, segundo etnografia de Cesar Gordon**

Cesar Gordon escreveu um livro intitulado *Economia Selvagem* (2006b) sobre a relação dos Xikrin do Cateté com as mercadorias, tão abundantes na vida dessas pessoas. A análise do autor, refinada e longa, não pode ser reconstituída na sua plenitude aqui. Por isso, a seguir será apresentado apenas um aspecto da relação dos Xikrin com os bens industrializados e dinheiro, aquele da relação entre chefias e salários, apresentado também em outro escrito do antropólogo (2006a).

Os Xikin do Cateté habitam atualmente o sul do estado do Pará. Nos anos 1980 a então estatal Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, firmou um convênio com esses indígenas “a título compensatório pelo impacto das operações minerárias na serra de Carajás (área vizinha aos Xikrin)” (id., 2006b, p. 53). Desde então, indenizações são pagas anualmente aos Xikrin. A cada ano esses indígenas passaram a pedir à Vale uma quantia maior de dinheiro. Gordon, em seu livro, analisa o caráter inflacionário do consumo xikrin, que se relaciona a assimetrias da organização social da população.

Segundo a análise de Gordon, o sistema hierárquico xikrin é refletido na estrutura dos salários de chefes, e “um modo de valorização qualitativa do prestígio e da preeminência política passou a ser constituído e expresso quantitativamente por meio de uma escala de salários” (Gordon, 2006a, p. 4)<sup>6</sup> Entre os Xikrin, há diferença entre aqueles que têm nomes comuns (*idji kakrit*), e os que têm nomes

---

<sup>6</sup> Essa análise é bastante semelhante à que Sahlins (2004) faz para o caso kwakiutl (população indígena da costa noroeste da América do Norte), notando inclusive o caráter inflacionário da demanda por bens (algo que Gordon também constata entre os Xikrin do Cateté): “Os índios [...] queriam quantidades cada vez maiores de um mesmo produto [cobertores], signo padronizado de poderes universais, que, ao ser publicamente distribuído, tecia comparações quantitativas entre suas diferenças qualitativas. A expansão do comércio capitalista descortinou novos panoramas de grandeza social para os chefes kwakiutl e, além disso, um processo espetacular de desenvolvi-gente local” (p. 485). Há diferenças, certamente, entre os dois casos, sobretudo no que diz respeito à circulação de bens - os cobertores eram circulados e destruídos nos *potlach* pelos Kwakiutl.



bonitos (*idji mejx*). Esses nomes estão ligados ao sistema cerimonial e conformam sistema de produção de valor (ibid., p. 5); sua beleza, *mejx*, advém de sua origem externa, animal, e tem ligação com sistema de transmissão cerimonial. Há ainda a diferença entre as pessoas bonitas e as verdadeiramente bonitas, aquelas com nomes belos confirmados cerimonialmente. Patrocinar uma cerimônia de confirmação de nome, contudo, requer esforços para produção de alimento ritual.

Essa diferença assimétrica entre as pessoas xikrin denota o que essa população entende por riqueza. Segundo os interlocutores de Gordon, ser rico antes das mercadorias significava ter muitas coisas - roça grande, abundância de carne – e parentes para ajudar nessa produção. Assim, há um rebatimento entre a diferença daqueles com nomes verdadeiramente belos e a hierarquia política. As pessoas boas e belas (*me mejx*).

são aqueles com parentelas fortes ou grandes, cuja importante capacidade produtiva lhes assegura participação nas cerimônias, confirmação de nomes cerimoniais, aprendizado de suas prerrogativas cerimoniais (*nêkrêjx* e *krukràdjà*), aquisição de status, posições de prestígio, funções de chefia e... atualmente [...] concentração de salários. (Gordon, op. cit., p. 7)

O sistema hierárquico xikrin – composto por chefes maiores (de aldeia), líderes de turmas masculinas, lideranças negociais e conselho de homens adultos -, que como vimos relaciona-se à capacidade produtiva (de alimentos e de gente bela), é refletido na estrutura de salários recebidos da CVRD. Gordon (2006a, 2006b) detalha como se dá a divisão dos salários, o que não será retomado aqui. Importante notar que para o antropólogo, “não se trata de uma nova elite, mas de uma mesma e antiga elite, mas que se vale hoje de outros signos de prestígio: não tanto os bens cerimoniais (cuja origem é considerada exógena), mas outro tipo de bem exógeno: o dinheiro e os produtos industrializados.” (id., 2006a, p. 20). Ou seja: os Xikrin apropriam-se dos salários e dos bens industrializados a partir de seu entendimento de riqueza e de hierarquia entre as pessoas; mercadorias, aqui, estão a serviço do *desenvolvi-gente*, para retomar a ideia de Sahlins.

Há ainda outro modo de consumir e distribuir as mercadorias entre os Xikrin, que também se ligam a noções nativas de "boa vida". Se por um lado os



industrializados circulam ritual ou comumente de modo "diferencial" (id. 2006b, p. 341), isso é, de modo a marcar as diferenças das pessoas dos chefes, há outra modalidade de circulação: aquela que se liga ao idioma do *parentesco*, e que Gordon se refere como "tendência para coletivização" (ibid., p. 42). Assim como circulam-se alimentos prontos entre corresidentes (consaguíneos e afins que compartilham a mesma moradia), o mesmo passa a ser feito com relação aos industrializados, seja alimentos ou outros itens. Tais objetos "são incorporados na dinâmica social como parte de um processo geral de fabricação de pessoas [...] individuais" (ibid., p. 305) e coletivas. No âmbito desse tipo de relação de consumo dos bens industrializados, frisa-se discursivamente a igualdade e não competitividade (ibid., p. 347)

Resta a pergunta: a introdução desses novos bens não *mudou* nada na vida xikrin? Trata-se de pura *continuidade*? Como já vimos, não é o caso de opor continuidade e mudanças, mas entender que a transformação é ela mesma estruturada. Ou seja, ela se dá a partir de mecanismos e ideias xikrin. De todo o modo, as mercadorias produziram efeitos na vida xikrin: com o aumento do afluxo de bens industrializados nas aldeias, mais gente passou a ter recursos para fazer cerimônias de confirmação de nomes belos; os rituais deixaram de ser restritos.

"E para onde se desloca, então, o desejo de distinção? Ora, para o consumo de mercadorias, marcando-se agora diferenças pela quantidade e qualidade dos bens consumidos" (Fausto, 2006, p. 27). O que não rompe com a lógica xikrin, e é, antes de mais nada, um novo tipo de "indigenização" desses bens. Gordon destaca dois âmbitos em que esses produtos são consumidos: (1) num deles, cotidiano, as mercadorias são consumidas de modo a intensificar as relações de parentesco e "a constituição de uma identidade xikrin" (Gordon, 2006b, p. 403); (2) em outro, as mercadorias vinculam-se ao sistema ritual, asseguram a diferenciação entre pessoas com e sem nomes confirmados. Uma vez que passaram a ser consumidas fora do sistema ritual, houve "um aumento da velocidade com que os elementos distintivadores' [...] tendem a se comunizar e perder, em certa medida, seu valor" (ibid., p. 404). Novos produtos "de luxo" podem ser adquiridos para a diferenciação,



mas a demanda sempre crescente por novas mercadorias é “uma espécie de resposta dada pelo sistema de diferenciação xikrin diante do que me parece ser uma pronunciada aceleração de seu funcionamento” (ibid., p. 402). De todo o modo, essas transformações se dão no bojo do sistema xikrin de pensamento e relações sociais<sup>7</sup>.

Seria possível que um dia, contudo, que o sistema xikrin não fosse mais capaz de “indigenizar” as mercadorias, ou seja, de usá-las a serviço do entendimento xikrin de riqueza e boa vida? Por um lado, há de se reconhecer essa possibilidade. Por outro, como ensina Sahlins (2004), é “claro que a dependência da economia mundial, que tem suas próprias razões e seu curso pode vulnerabilizar o desenvolvimento local, a mais longo prazo. Mas, outra vez, destino não é história. Nem é sempre tragédia.” (ibid., p. 450). O que significa que, para entender a relação dos mais diversos povos do mundo com os bens industrializados e dinheiro e as transformações dessa relação, pesquisas empíricas (etnográficas) são necessárias.

### **Considerações finais**

Algumas considerações finais se destacam diante do que foi apresentado anteriormente:

- 1) Não se pode entender cultura como um conjunto fixo de elementos.
- 2) Autoidentificar-se como índio é uma questão política, e cabe aos povos indígenas se atribuírem tal identidade. Ninguém pode dizer se determinada população é ou não indígena com base em quaisquer critérios que seja.
- 3) A entrada de bens industrializados nas sociedades indígenas não segue sempre o mesmo caminho, tampouco é unilateral: os povos nativos ativamente desejam mercadorias e as utilizam a partir de seus sistemas de práticas e ideias.

---

<sup>7</sup> Gordon (2006b) nota que os próprios Xikrin estão preocupados com as mudanças que podem ocorrer pelo consumo excessivo de produtos não indígenas - eles se transformam em brancos (essa pergunta mesma, por outro lado, liga-se a modos xikrin de conceber a fabricação dos corpos e das relações com a alteridade). Em trabalho mais recente, o autor (Gordon, 2014) demonstra ter



4) A entrada de mercadorias nas sociedades indígenas, ainda que orientada por suas ideias e modalidades de circulação, pode acarretar em mudanças. De todo o modo, isso não pode ser pressuposto, mas deve ser investigado.

## Referências

ANDRADE, K. V. **A Ética Ye'kuana e o Espírito do Empreendimento**. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BARBOSA, G. C. **Os Aparai e Wayana e suas redes de intercâmbio**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Redes de intercâmbio de bens na região das Guianas. In: GALLOIS, D. T. (org). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2005.

BONILLA, Oiara. O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. **Mana**. Rio de Janeiro, vol.11, n.1, 2005, pp. 41-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n1/25691.pdf>. Acesso: 10 jan. 2014.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas** e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.440p.

DAL POZ, J. **Dávivas e dívidas na Amazônia**: parentesco, economia e ritual nos Cinta-Larga. 2004. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. Dinheiro e reciprocidade nos Cinta-Larga: notas para uma economia política na Amazônia meridional. **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 1, pp. 11-23, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Reciprocidade e endinheiramento no Cintas-Largas: Notas etnográficas de uma economia indígena na Amazônia meridional. In: 26º Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. **Anais 26ª RBA**. Associação Brasileira de Antropologia, 2008.Fórum de Pesquisa “Os sentidos sociais do dinheiro: perspectivas etnográficas”. Disponível em: <http://www.abant.org.br/news/show/id/12> Acesso: 15 fev. 2013.

DOUGLAS, M. & ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. 306 p.

---

havido maior "hierarquização" nas relações de diferenciação, e questiona-se como os Xirkin se haverão com tal transformação.



EWART, E. Demanding, Giving, Sharing, and Keeping: Panará Ideas of Economy. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, vol. 18, n. 1, pp. 31-50, Feb. 2013. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12002/full> Acesso: 01 out. 2013.

FAUSTO, C. A indigenização da mercadoria e suas armadilhas. In: GORDON, C. **Economia selvagem: Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006. pp. 23-31.

GORDON, C. Chefes ricos e comunidade pobre: a quantificação monetária do prestígio entre os Xikrin-Mebengokre (Kayapó). In: 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2006a, Caxambu. **Anais do Encontro (GTS)**. ANPOCS, 2006. GT 14: Os regimes de subjetivação ameríndios e a objetivação da cultura. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=443%3Aanais-do-encontro-gts&catid=1041%3A30o-encontro&Itemid=232](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=443%3Aanais-do-encontro-gts&catid=1041%3A30o-encontro&Itemid=232). Acesso: 06 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Bem viver e propriedade: O problema da diferenciação entre os Xikrin-Mebêngokrê (Kayapó). **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.95-124, abr. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a04v20n1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2014

\_\_\_\_\_. **Economia selvagem: Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006b. 452 p.

GROTTI, V. The Wealth of the Body: Trade Relations, Objects, and Personhood in Northeastern Amazonia. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, vol. 18, n. 1, pp. 14-30, Feb. 2013. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12001/abstract>. Acesso: 08 jan 2014.

HOWARD, C. V. “A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai”. In: ALBERT, B.; RAMOS, A. (org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial/ IRD, 2002. pp. 25-55.

HUGH-JONES, S. Yesterday’s luxuries, tomorrow’s necessities: business and barter in northwest Amazonia. In: HUMPHREY, C.; HUGH-JONES, S. **Barter, exchange and value: An anthropological approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. pp. 42-74.

MONCAU, J. Repensando o ser índio com os Guarani e Kaiowá de hoje. **USP ensina Sociologia**. 2012. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/indigena>. Acesso em 09/04/2014.

MURA, F. **À Procura do “Bom Viver”**: Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiwoa. 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Antropologia



Social) –Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, J. G. Jr. Fundamentos antropológicos para os Direitos dos povos indígenas. **USP ensina Sociologia**. 2012. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/indigena>. Acesso em 09/04/2014.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento ‘circular’? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxo e alternativas). **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008 [1991].

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**. CEBRAP. v. 80, p. 109-125, 2008.

SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial” [1988]. In: \_\_\_\_\_. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. pp. 445-501.

SEEGER, A.; DA MATTA, R. & VIVEIROS DE CASTRO, E. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional (Antropologia)**, 32:2-1

VELTHEM, L. H. v. ‘Feitos por inimigos’ Os brancos e seus bens nas representações Wayana do contato. In: ALBERT, B.; RAMOS, A. (org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial/IRD, 2002. pp. 61-78.

\_\_\_\_\_. Os “originais” e os “importados”: referências sobre a apreensão wayana dos bens materiais. **Indiana**, Berlim, vol. 27, 2010, pp. 141-159.

VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: Carlos Alberto Ricardo; Fanih Ricardo. (Org.). **Povos indígenas no Brasil (2001 2005)**. São Paulo: ISA, 2006, p. 41-49.

WALKER, H. Demonic trade: debt, materiality and agency in Amazonia. **The Journal of The Royal Anthropological Institute**, vol. 18, n. 1, pp. 140-159, March 2012. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9655.2011.01735.x/abstract>. Acesso em 16/03/2013. Acesso: 16 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Wild Things: Manufacturing Desire in the Urarina Moral Economy. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, vol. 18, n. 1, pp. 51-66, Feb. 2013. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1935-4940.2012.01254.x/abstract>. Acesso: 08 jan. 2014.